



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
RUA HENRIQUETA RUBIM, 27, CENTRO
CEP 35935-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

III ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA APRECIÇÃO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO APRESENTADA PELA EMPRESA TAINNAH TALLULAH ESTANISLAU SILVA.

Aos 23 dias do mês de janeiro de 2020, reuniram-se o Pregoeiro e Equipe de Apoio na sala de reuniões da Prefeitura, para apreciação da impugnação interposta no **Processo Licitatório N.º 207/2019, Pregão Presencial N.º 118/2019 – Aquisição de material de limpeza**, para atender as necessidades das escolas municipais da Secretaria Municipal de Educação da P.M.S.G.R.A, pela empresa **TAINNAH TALLULAH ESTANISLAU SILVA**.

A empresa questiona, em suma, sobre a exigência de Autorização de Funcionamento da Anvisa para todos os licitantes sem caráter restritivo, nesse sentido temos os FABRICANTES/DISTRIBUIDORES/VAREJISTAS para os itens saneantes.

Informamos que tal questionamento já foi alvo de debate, conforme na “II Ata de Reunião Extraordinária” realizada no dia 14/01/2020, anexa aos autos do processo.

Registra-se que, nesse sentido a RDC N.º 16/2014 dispõe que:

“V – comércio varejista de produtos para saúde: compreende as atividades de comercialização de produtos para saúde de uso leigo, em quantidade que não exceda a normalmente destinada ao uso próprio e diretamente a pessoa física para uso pessoal ou doméstico” ou seja são produtos comprados em quantidades mínimas por pessoa física.

VI - distribuidor ou comércio atacadista: compreende o comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, em quaisquer quantidades, realizadas entre pessoas jurídicas ou a profissionais para o exercício de suas atividades.”

Nesse sentido o licitante VAREJISTA para os produtos saneantes e cosméticos, que queiram participar de certame em órgãos públicos necessitam da AFE, uma vez que a compra será realizada entre pessoas jurídicas.

Nesse sentido a ANVISA exige a ATIVIDADE VAREJISTA de possuir a AFE, uma vez que a proporção vendida é pequena e para pessoas físicas. Mas as empresas que possuem em seu Contrato Social o objeto de comércio VAREJISTA mas exerce atividade equiparada a um ATACADISTA e possui interesse em vender para órgão público, necessita de AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA ANVISA para a venda de produtos de higiene, saneantes, domissanitários e correlatos.

A Pregoeira e Equipe de Apoio decidem por **NEGAR PROVIMENTO** à impugnação apresentada pela empresa **TAINNAH TALLULAH ESTANISLAU SILVA**, pelas razões e fundamentos expostos.

Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião da qual lavrou-se a presente ata que vai assinada por todos os presentes.

São Gonçalo do Rio Abaixo, 23 de janeiro de 2020.

Thaciana Karla Azarias Feliciano

Arthur Antônio Pena Quintão
Pregoeiro e Equipe de Apoio
Yanne Sayoure Cecília Siqueira



Tainnah Tallulah Estanislau Silva
CNPJ: 30.083.358/0001-96
Inscrição Estadual: 003162753.00-53

Brumadinho, 23 de Janeiro de 2020.

A
Prefeitura Municipal de São Gonçalo Do Rio Abaixo
Setor de Compras e Licitações
A/C Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL 118/2019

A empresa Tainnah Tallulah Estanislau Silva, inscrita no CNPJ Nº 30.083.358/0001-96, por seu representante legal abaixo assinado, vem pela presente impugnar a decisão desta Prefeitura referente à inclusão de documentos referente a produtos conforme abaixo.

Dos Fatos:

- 1) A empresa deseja participar do pregão acima epigrafo. Ocorre que a Prefeitura está solicitando documentos que inviabilizam o processo licitatório;
- 2) Art. 30 Lei 8.666/93 – A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnicos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

10.1.2.1 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

d) SE COMÉRCIO VAREJISTA Apresentar Alvará Sanitário expedido pelo órgão da VIGILÂNCIA SANITÁRIA ESTADUAL OU MUNICIPAL, relativo à sede da licitante, válido.

a 1) Em caso de não haver o órgão de vigilância sanitária municipal para expedição do alvará de funcionamento, será admitida expedição pelo órgão de vigilância sanitária estadual.

e) SE FABRICANTE / DISTRIBUIDOR/ VAREJISTA Apresentar AFE Autorização de funcionamento da empresa, expedido pela ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para os itens:

8932 – Sabonete líquido; 6046 - Sabão em pó caixa 1kg; 6050 - -- Água Sanitária; 6052 – Detergente 500ml - 3690 – Luva Látex hipoalérgica; 4404 - -- Álcool Etilico Gel; 6048 – Desinfetante Galão 2lts 8875 – Sabão Pastoso; 8880 – Sabonete líquido infantil; 22497 - -- Álcool Etilico; 16315 – Cloro Ativo

f) Apresentar Alvará Sanitário expedido pelo órgão da VIGILÂNCIA SANITÁRIA ESTADUAL OU MUNICIPAL, relativo à sede da licitante, válido;

f1) Em caso de não haver o órgão de vigilância sanitária municipal para expedição do alvará de funcionamento, será admitida expedição pelo órgão de vigilância sanitária estadual

Em nosso entendimento, notamos que há uma incoerência de informações nas letras D e E do item 10.1.2.1, qualificação técnica.

Rua Pau Brasil, Nº 67 – São Sebastião
CEP: 35.460-000 – Brumadinho – Minas Gerais
Telefone: (31) 3571-1254

E-mail: brumalimp@outlook.com

Página 1/5 - Documento assinado no Assinador Link. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: <https://assinador.link/certificacao.com.br/aclink/verificar> e informe o login: 0052868 e senha: 4L2UTaFk



Tainnah Tallulah Estanislau Silva

CNPJ: 30.083.358/0001-96

Inscrição Estadual: 003162753.00-53

Ora, se há uma limitação no que tange à exigência documental, não dispondo o artigo 30 de um rol taxativo, a Comissão de Licitação tem aptidão discricionária de exigir os documentos técnicos, com certa limitação, desde que atendida à oportunidade e conveniência da Administração Pública, atendidos os princípios que rege o Direito Administrativo, **prezando pela economia processual a fim de evitar a restrição da competitividade.**

Ressalvamos que a Lei 6360/76, que "dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos", bem como o Decreto que a regulamenta, são omissos no tocante à exigência de AFE para comercialização, conforme se extrai de seu Art. 2º:

"Art. 2º - Somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art. 1º as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem."

No intuito de fomentar a interpretação da abrangência e delimitação do conceito de comércio varejista e atacadista, segundo a ANVISA, torna-se oportuno recordar que o **INFORME TÉCNICO DA ANVISA, INF-20 de 01/02/2015**, apresenta a conclusão de que os produtos saneantes de venda restrita ou de uso profissional devem ter comercialização amparada por AFE, sendo que os produtos de venda livre estão dispensados. Tal posicionamento vai de encontro das hipóteses de não exigência de AFE elencadas no Art. 5º, da RDC 16/2014/ANVISA, deixando evidente que a lógica empregada é de que apenas para o comércio de produtos saneantes e domissanitários, quando inserido na cadeia de circulação mercadorias ou insumos, sem destinação final, será cabível exigir-se a AFE.

Segundo entendimentos do Tribunal de Contas da União, temos o seguinte:

"Para favorecer a competitividade e a obtenção do menor preço, as exigências para participação em licitação não devem passar do mínimo necessário para assegurar a normalidade na execução do futuro contrato, em termos de situação jurídica, qualificação técnica, capacidade econômica e regularidade fiscal". ACORDÃO 1699/2007 – PLENÁRIO (Sumário).

E ainda acrescenta:

"O artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabelece que somente serão permitidas, nos processos licitatórios, exigências de qualificação técnica e econômica "indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações"". Acórdão 768/2007 PLENÁRIO (Sumário).

Neste sentido, o Tribunal de Contas da União, em decisão n.º TC/6.029/95-7, já manifestou que: "... Na fase de habilitação a Comissão de Licitação não deve confundir o procedimento formal inerente ao processo licitatório com o formalismo, que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias, e cujo desatendimento, por sua irrelevância, não venha a causar prejuízo à Administração". (Min. Adhemar Paladini Ghisi, 13.09.95)

Art. 9º- Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei. 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Neste contexto, cumpre estabelecer que as licitações são procedimentos que, precipuamente, destinam-se a observar o princípio da isonomia entre os possíveis licitantes na busca da melhor proposta para o atendimento dos interesses da Administração Pública.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento

Rua Pau Brasil, Nº 67 – São Sebastião
CEP: 35.460-000 – Brumadinho – Minas Gerais
Telefone: (31) 3571-1254

E-mail: brumalimp@outlook.com

Página 2/5 - Documento assinado no Assinador Link. Para mais informações veja a última página.
Para verificar este documento acesse: <https://assinador.linkcertificacao.com.br/aclink/verificar> e informe o login: 0052868 e senha: 4L2UTaFk



Tainnah Tallulah Estanislau Silva
CNPJ: 30.083.358/0001-96
Inscrição Estadual: 003162753.00-53

convocatório do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei 12.349, de 2010).

Continuando:

Parágrafo 1º- É vedado aos agentes públicos:

1 – ADMITIR, PREVER, INCLUIR OU TOLERAR, NOS ATOS DE CONVOCAÇÃO, CLÁUSULAS OU CONDIÇÕES QUE COMPROMETAM, RESTRINJAM OU FRUSTREM O SEU CARÁTER COMPETITIVO, INCLUSIVE NOS CASOS DE SOCIEDADE COOPERATIVAS, E ESTABELEÇAM PREFERÊNCIAS OU DISTINÇÕES EM RAZÃO DA NATURALIDADE, DA SEDE OU DOMICÍLIO DOS LICITANTES OU DE QUALQUER OUTRA CIRCUNSTÂNCIA IMPERTINENTE PARA O ESPECÍFICO OBJETO DO CONTRATO, RESSALVADO O DISPOSTO NOS PARÁGRAFOS 5º AO 12º DESTE ARTIGO E NO ART. 3º DA LEI 8.248, DE 23 DE OUTUBRO DE 1991; (REDAÇÃO DADA PELA LEI 12.349, DE 2010).

Neste contexto, em análise a lei que regulamente os processos licitatórios, resta cristalina a vedação à Administração Pública de fazer exigências em processos licitatórios de qualidade técnica, salvo quando estes sejam completamente indispensáveis à garantia mínima do alcance dos objetivos da contratante.

Corroborando tal entendimento, cita-se o Acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (APELAÇÃO CÍVEL Nº 0013952-43.2009.8.19.0061). Na referida decisão, consta expressamente:

“A exigência contida no item 5.3.3.2 do edital nº065/2009, se bem que direcionada a todos os concorrentes, é ilegal, porquanto desproporcional ao escopo do contrato. Não soa razoável que uma empresa para vender álcool em gel e pano para limpeza tenha que ter licença da ANVISA. O apelado invoca aplicação da Lei nº 9782/99, em especial, seu art. 8º que dispõe incumbir à agência reguladora regulamentar, controlar e fiscalizar produtos e serviços que envolvam risco à saúde. Daí exsurge com clareza que o controle e fiscalização se fazem sobre os produtos e serviços, e também sobre as instalações físicas onde são os produtos e bens que envolvam risco à saúde pública produzidos. É certo que a agência regulamentadora pode interditar qualquer estabelecimento no qual sejam estocados, comercializados produtos que exponham o público a risco, desde que reconhecida a situação de risco, o que se insere em seu poder de polícia. Mas, isso não quer dizer que uma empresa seja obrigada a ter licença da ANVISA, tão apenas porque tem em suas instalações produtos que já receberam, por sua vez, a fiscalização do órgão, se não atua no processo de produção dos mesmos”.

É necessário destacar que a Lei Federal 8.666/93 possui apenas aplicação subsidiária nos processos licitatórios realizados na modalidade pregão, conforme dispõe o artigo 9º da Lei 10.520/02, que é a Lei que regulamenta o pregão:

“Art. 9º Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei

A Lei 10.520/02, que trata do pregão, estabelece:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(....)

XIII – a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende as exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnico e econômico-financeira.”

Conforme se extrai do dispositivo citado, para a realização de licitação na modalidade Pregão é necessário obrigatoriamente **apenas** a comprovação da habilitação fiscal, não sendo necessária a exigência de qualificação técnica.

Daí se conclui que a própria Lei 10.520/02, não exige a comprovação de qualidade técnica.

Rua Pau Brasil, Nº 67 – São Sebastião
CEP: 35.460-000 – Brumadinho – Minas Gerais
Telefone: (31) 3571-1254

E-mail: brumalimp@outlook.com

Página 3/5 - Documento assinado no Assinador Link. Para mais informações veja a última página.

Para verificar este documento acesse: <https://assinador.linkcertificacao.com.br/alink/verificar> e informe o login: 0052868 e senha: 4L2UTaFk



Tainnah Tallulah Estanislau Silva
CNPJ: 30.083.358/0001-96
Inscrição Estadual: 003162753.00-53

Não obstante a lei não exigir a obrigatoriedade da apresentação de qualificação técnica, é importante destacar que não cabe ao município fiscalizar as atividades da empresa, nem tampouco o cumprimento das normas necessárias ao seu regular funcionamento ou produção, haja vista que existem órgãos específicos de fiscalização no ente federado que detêm essa competência.

Diante do exposto A empresa Tainnah Tallulah Estanislau Silva, inscrita no CNPJ Nº 30.083.358/0001-96, que tem como atividade principal comércio varejista, vem pela presente solicitar que seja retirado exigência quanto à apresentação de AFE que comprometem o caráter competitivo do pregão, pois este segmento da economia não necessita de Autorização de Funcionamento da ANVISA.

POIS NÃO CABE A EXIGÊNCIA A VAREJISTAS, COMO NORMA ANVISA, LINK LINK:HTTP//PORTAL.ANVISA.GOV.BR/WPS/PORTAL/ANVISA/TRANSPARÊNCIA/UT/P/C4/04_SB8K8XLLM9... E CONFORME RESOLUÇÃO EM ANEXO, **SECCÃO III, ART. 5º**.

Atenciosamente,

Matheus Braga e Peixoto
Representante Comercial

Rua Pau Brasil, Nº 67 – São Sebastião
CEP: 35.460-000 – Brumadinho – Minas Gerais
Telefone: (31) 3571-1254

E-mail: brumalimp@outlook.com

Página 4/5 - Documento assinado no Assinador Link. Para mais informações veja a última página.

Para verificar este documento acesse: <https://assinador.linkcertificacao.com.br/aclink/verificar> e informe o login: 0052868 e senha: 4L2UTaFk

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A AC Link garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site: <https://assinador.linkcertificacao.com.br/aclink/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0052868

Passo 3 - Digite a senha: 4L2UTaFk

Documento assinado eletronicamente por:

108.499.336-84 - Matheus Braga e Peixoto em 23/01/2020 16:11

Matheus Braga E Peixoto

Certifico que publiquei o referido documento no hall de entrada da Prefeitura Municipal de Barão de Cocais na data de 23/01/2020
Portaria 2985



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE,
NOS TERMOS DO ARTIGO 48, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

O Município de BARÃO DE COCAIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 10, Bairro Centro, Anexo Administrativo "Alexandre Nunes Silva", Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 18.317.685/0001-60, por intermédio do Pregoeiro, designada pela Portaria nº 019 de 06 de janeiro de 2020, em razão da **IMPUGNAÇÃO** ao Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 001/2020 em epígrafe, interposta pela empresa **COMERCIAL VENER LTDA - EPP**, vem apresentar as suas razões para, ao final decidir, como segue:

I - RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao Edital de convocação do Processo Licitatório nº 001/2020, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 001/2020, proposta pela empresa **COMERCIAL VENER LTDA - EPP**, através de seu representante legal/procurador, na data de 23 de janeiro de 2020, através do e-mail licitbarao@yahoo.com.br.

II - FATOS

A Prefeitura Municipal de Barão de Cocais promoveu processo de licitação visando a contratação de empresa especializada para aquisição de fraldas descartáveis geriátricas e pediátricas para atendimento a usuários/pacientes considerados incapazes (nos termos 3º e 4º do código civil) e em situações de necessidades especiais, de acordo com as especificações estabelecidas no anexo I - Termo de Referência - do edital.

Requer a interessada **COMERCIAL VENER LTDA - EPP**, em síntese, a retificação do referido edital, com a inclusão nas disposições editalícias, no que tange a cláusula de exigência de documentação específica de habilitação, solicitando assim que se faça necessário a exigência de apresentação da AFE – Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA, permanecendo a exigência do Alvará Sanitário ora exigido; e, por fim, requer que os produtos sejam cotados por fabricantes que possuam o referido documento, AFE – Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA.

Em suma, é o breve relatório.

III - PRELIMINARES

Preliminarmente, o Pregoeiro reconhece a tempestividade da impugnação, nos termos do § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, tendo em vista que fora recebida pelo órgão competente no dia 23 de janeiro de 2020, estando a abertura da sessão prevista para o dia 28 de janeiro de 2020, cumprindo assim o requisito temporal-legal exigido para o processamento da presente impugnação.

Página 1 de 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

IV - DA FUNDAMENTAÇÃO

A Priori, vale ressaltar que se trata de impugnação no que diz respeito a documentação técnica, assim sendo necessário a análise das secretarias requisitantes, logicamente, sendo dispensado análise pela Procuradoria Jurídica.

Após análise detida do questionamento ora posto, o Pregoeiro ratifica as orientações emanadas pela secretaria requisitante do Município através do Comunicado Interno de Nº 014/2020. Vejamos:

“Em resposta ao pedido de impugnação do Edital Pregão Presencial 01/2020, que deve sim constar no Edital a solicitação de qualificação técnica os seguintes documentos:

- Alvará Sanitário
- AFE – Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA.”

O entendimento de tal Secretaria foi pela **PROCEDÊNCIA** da impugnação apresentada.

V – DECISÃO

O Pregoeiro, no uso de suas atribuições, diante das razões e fundamentos expostos, conhece da impugnação interposta pela empresa **COMERCIAL VENER LTDA - EPP**, para no mérito, julgá - la **PROCEDENTE**,

Retificando o edital em tela com as orientações emanadas no presente julgamento que tem por base o Comunicado Interno de Nº 014/2020 exarado pela Secretaria Municipal de Saúde.

A impugnação interposta e o Parecer Jurídico encontram-se nos autos do processo e publicados na íntegra no Portal do município – www.baraodecocaismg.gov.br. Licitações - PP nº 001/2020 - Editais.

Sendo assim, entendemos que o edital deverá sofrer as devidas alterações, onde será designado nova sessão, a data e horário do certame será divulgado em conformidade a legislação em vigor.

É a decisão.

Intime-se.

Junte-se aos autos do processo.

Barão de Cocais/MG, 29 de janeiro de 2020.



Rogério Pasqualini Fernandes
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Barão de Cocais/MG



Câmara Municipal de São João del Rei
MINAS GERAIS
ESTADO DE MINAS GERAIS

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

REFERÊNCIA: Pregão Presencial nº 004/2019 do tipo MENOR PREÇO POR ITEM

IMPUGNANTE: Comercial Vener Ltda EPP

I – RELATÓRIO

A Câmara Municipal de São João del Rei está promovendo licitação na modalidade Pregão Presencial, registrado sob o número 004/2019, cujo objeto é a “Futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e descartáveis para atender as necessidades da Câmara Municipal de São João Del Rei”.

Publicado o instrumento convocatório, a Comercial Vener Ltda EPP apresentou impugnação, nos termos do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, requerendo a alteração do edital pelos motivos a seguir expostos.

Argumenta o impugnante, em síntese, que:

- a) Contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação que não solicitou dos licitantes a apresentação da AFE (autorização de funcionamento de empresa emitido pela ANVISA) e Alvará Sanitário para fornecimento dos itens saneantes e cosméticos do edital.

II – TEMPESTIVIDADE E FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, o Pregoeiro reconhece a tempestividade da impugnação, nos termos do § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, tendo em vista que fora recebida pelo órgão competente, no dia 25 de fevereiro de 2019, estando a abertura da sessão prevista para o dia 28 de fevereiro de 2019, cumprindo assim o requisito temporal-legal exigido para o processamento da presente impugnação.

Maria Cecília Gomes Camarano
Pregoeira
Câmara Municipal de São João del Rei-MG



Câmara Municipal de São João del Rei

MINAS GERAIS
ESTADO DE MINAS GERAIS

Analisando os questionamentos, temos que:

- a) Existência de Leis que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e que obriga fabricantes, distribuidores ou afins a possuir Autorização de Funcionamento (AFE) e Alvará Sanitário:

Lei Estadual/MG 13.317 de 24/09/1999:

"Art. 82 - Para os efeitos desta lei, consideram-se estabelecimentos de serviço de interesse da saúde:

I - os que produzem, beneficiam, manipulam, fracionam, embalam, reembalam, acondicionam, conservam, armazenam, transportam, distribuem, importam, exportam, vendem ou dispensam:

a) medicamentos, drogas, imunobiológicos, plantas medicinais, insumos farmacêuticos e correlatos;

b) produtos de higiene, saneantes, domissanitários e correlatos;

c) perfumes, cosméticos e correlatos;

d) alimentos, bebidas, matérias-primas alimentares, produtos dietéticos, aditivos, coadjuvantes, artigos e equipamentos destinados ao contato com alimentos;"

Art. 99 - Constituem infrações sanitárias, ressalvadas as previstas na legislação federal e sem prejuízo do disposto no art. 98 desta lei:

I - construir, instalar ou fazer funcionar, sem autorização de funcionamento, autorização especial ou alvará sanitário emitidos pelos órgãos sanitários competentes, os estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário definidos nesta lei, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade ou do produto;

c) cancelamento do alvará sanitário;

d) cassação da autorização de funcionamento ou da autorização especial;

e) multa;"

Lei Federal 6.360 de 23/09/1976

"Art. 1º - Ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária instituídas por esta Lei os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros adiante definidos.

Art. 2º - Somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art. 1º as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.

Art. 50. O funcionamento das empresas de que trata esta Lei dependerá de autorização da Anvisa, concedida mediante a solicitação de cadastramento de suas

Maria Cecília Gomes Camarano
P. 13/09/2011
Câmara Municipal de São João del-Rei-MG



Câmara Municipal de São João del Rei

MINAS GERAIS
ESTADO DE MINAS GERAIS

atividades, do pagamento da respectiva Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária e de outros requisitos definidos em regulamentação específica da Anvisa.

Art. 68. A ação de vigilância sanitária abrangerá todo e qualquer produto de que trata esta Lei, inclusive os dispensados de registro, os correlatos, os estabelecimentos de fabricação, distribuição, armazenamento e venda, e os veículos destinados ao transporte dos produtos."

- b) Compete a ANVISA regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.**

A Lei nº 9.782/99:

"Art. 7º Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo:

VII - autorizar o funcionamento de empresas de fabricação, distribuição e importação dos produtos mencionados no art. 8º desta Lei e de comercialização de medicamentos;

Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

III - cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes;

IV - saneantes destinados à higienização, desinfecção ou desinfestação em ambientes domiciliares, hospitalares e coletivos;"

- c) Entendimento do TCE-MG e TCU em relação ao tipo de comércio praticado para fornecimento de produtos para a Administração Pública**

O TCE denúncia N. 1007383:

"em se tratando de contrato de fornecimento de produtos entre a administração pública e empresa fornecedora do ramo, fica configurado o comércio por atacado, por estar sendo realizado entre pessoas jurídicas, conforme aludido no inciso VI, art. 2º da Resolução ANVISA nº 16/2017."

Seguido pelo entendimento do TCU:

"entende-se que os licitantes serão basicamente empresas atacadistas, com condições de armazenamento e distribuição para fornecimento do produto. (Alinea 22, Representação TC 018.549/2016-0, de 03/08/2016 "

III - DECISÃO

Pelo exposto, decide a Pregoeira da Câmara Municipal de São João del-Rei em
DAR PROVIMENTO à impugnação apresentada pela empresa supracitada, acatando o

Maria Cecília Gomes Camarano
Pregoeira
Câmara Municipal de São João del-Rei-MG



Câmara Municipal de São João del Rei
MINAS GERAIS
ESTADO DE MINAS GERAIS

pedido integralmente. O edital será retificado e devidamente publicado nos mesmos veículos do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

São João del-Rei, 27 de fevereiro de 2019.

Maria Cecilia Gomes Camarano
Maria Cecilia Gomes Camarano

Pregoeira Oficial



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA

CNPJ 19.876.424 / 0001-42

Avenida Maria Jorge Selim de Sales, 100 - Centro - Telefone (31) 3829.8000

CEP: 35160-011 - IPATINGA - MINAS GERAIS

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PROCESSO: 007.007.2019/01965

IMPUGNANTE: COMERCIAL VENER LTDA

A Pregoeira recebeu por intermédio do processo nº 007.007.2019/01965, Impugnação por parte de **COMERCIAL VENER LTDA**, referente ao Edital do Registro de Preços 014/2019 - seleção de empresa, cujos preços classificados em primeiro lugar serão registrados e incluídos no sistema de Registro de Preços, possibilitando a aquisição futura de **MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA EM GERAL**, segundo as necessidades da Administração.

DA ADMISSIBILIDADE

Nos termos do item 5 do Edital - da Impugnação do Ato convocatório:

- Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, nos termos do artigo 10 do Decreto Municipal nº 5.298 de 18 de maio de 2005, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do Pregão, mediante petição protocolada, no andar térreo desta Prefeitura, à Av. Maria Jorge Selim de Sales, 100, Centro, Ipatinga/MG ou através do endereço eletrônico [fundosaude@ipatinga.mg.gov.br](mailto:fundosaud@ipatinga.mg.gov.br) até às 18 horas.
- A impugnação feita tempestivamente pelo licitante e não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente;
- Acolhida à petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Desse modo, observa-se que a Impugnante protocolou sua petição no dia 23/10/2019, considerando que a abertura dos envelopes do Pregão em epígrafe está prevista para o dia 25/10/2019, a presente Impugnação apresenta-se **TEMPESTIVA**.

DOS PONTOS QUESTIONADOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA

CNPJ 19.876.424 / 0001-42

Avenida Maria Jorge Selim de Sales, 100 - Centro - Telefone (31) 3829.8000

CEP: 35160-011 - IPATINGA - MINAS GERAIS

Alega a impugnante em síntese que seja retificado o Edital, fazendo constar a **exigência da Autorização de Funcionamento das Empresas (AFE)**, emitido pela ANVISA e Alvará Sanitário de todos os licitantes interessados em participar do certame para fornecimento dos produtos domissanitários e cosméticos.

É o breve relatório.

DA ANÁLISE DOS PONTOS QUESTIONADOS

Pois bem, passemos à análise das alegações:

A **Autorização de Funcionamento das Empresas (AFE)** é o ato de competência da ANVISA que permite o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da RDC nº 16/2014.

Segundo o Art. 3º da Resolução, a AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, **produtos de higiene pessoal**, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais. **(grifo nosso)**.

Parágrafo único. A AFE é exigida de cada estabelecimento que realiza as atividades descritas no *caput* com produtos para saúde.

O **ALVARÁ SANITÁRIO**, conforme Lei 13.317/1999 é "o documento expedido por intermédio de ato administrativo privativo do órgão sanitário competente, contendo permissão para o funcionamento dos estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário".

Conforme RDC 207/2018, "ato legal que permite o funcionamento de estabelecimentos, constatada sua conformidade com requisitos legais e regulamentares".

Sendo o documento expedido por órgão competente, credenciado pelo SUS, conforme Lei Municipal nº 1483, de 11 de novembro de 1996; Lei Estadual nº 13.317, de 24 de setembro de 1999 e Art. 24 – Capítulo V da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA

CNPJ 19.876.424 / 0001-42

Avenida Maria Jorge Selim de Sales, 100 - Centro - Telefone (31) 3829.8000

CEP: 35160-011 - IPATINGA - MINAS GERAIS

Passo à fundamentação e decisão.

Após os questionamentos, a responsável técnica se manifestou através da CI 185/2019, informando em síntese que:

"[...] a argumentação procede e que o Termo de Referência será readequado de acordo com a Lei 6.360/76, Decreto nº 79.094/77 e Lei 9.782/99, Decreto nº 3.029/99 que regulamentam a exigência de AFE e Alvará Sanitário para funcionamento das empresas que pretendem exercer atividades de extrair, produzir, transformar, sintetizar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir e distribuir os produtos que se enquadram nas classificações de saneante domissanitário, cosmético e higiene."

DA CONCLUSÃO

Em que pesem os respeitáveis argumentos apresentados pela Impugnante, tendo em vista o parecer técnico e ressaltando que a simples interposição de impugnação não interfere ou impede que a Impugnante participe normalmente da licitação, conforme claramente preceituado no artigo 41, § 3º, da Lei 8.666/93: "a impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório", informamos que serão feitas alterações no Edital e o mesmo será republicado em breve.

A simples interposição de impugnação não interfere ou impede que o Impugnante participe normalmente da licitação, conforme claramente preceituado no artigo 41, § 3º, da Lei 8.666/93: "a impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório".

ISTO POSTO, por tudo que restou consignado, em que pesem os respeitáveis argumentos apresentados pela Impugnante, **JULGO** tempestiva e **PROCEDENTE**, pelos motivos acima expostos.

Ipatinga, 25 de outubro de 2019.

Érica Dias de Souza Lopes
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Processo Administrativo nº 297/2019

Pregão Presencial nº 73/2019

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza, utensílios de copa e cozinha, material de proteção e segurança, e material de consumo para o Departamento de Almoxarifado da Secretaria de Administração Para Secretaria de Saúde e para a Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 12 meses, mediante fornecimento parcelado.

I – DAS PRELIMINARES

Trata-se de impugnação interposta pela **TAINNAH ESTANISLAU SILVA**, no CNPJ sob nº 30.083.358/0001-96, recebida via protocolo nº 1485/2019 em 21/11/2019 contra os termos do edital. Recebo a impugnação apresentada pelo impugnante, por tempestiva, passando a análise.

II – DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

A empresa pugna quanto a exigência da AFE ao argumento que tal exigência restringe o caráter competitivo do certame e afrontam o princípio da isonomia; que a qualificação técnica se limita às exigências descritas no art. 30, II, da Lei n. 8.666/93; que não cabe a exigência da AFE de acordo com o RDC 16/2014 da ANVISA

III – DA ANÁLISE DO MÉRITO

Sabe-se que a fabricação e a comercialização dos produtos que compõem o objeto do certame em questão estão subordinadas à Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária.

Sendo tal legislação alterada pela Lei nº 13.097/15, que inseriu a **exigência** de autorização da **ANVISA** para funcionamento das empresas, vejamos:

Art. 50. O funcionamento das empresas de que trata esta Lei dependerá de autorização da **Anvisa**, concedida mediante a solicitação de cadastramento de suas atividades, do pagamento da respectiva Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária e de outros requisitos definidos em regulamentação específica da **Anvisa**. (Redação dada pela Lei nº13.097, de 2015)

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo será válida para todo o território nacional e deverá ser atualizada conforme regulamentação específica da **Anvisa**. (Redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no que diz respeito, editou a Resolução nº 16, de 01/04/2014, que dispõe sobre os critérios para petição de Autorização de Funcionamento (AFE).





O art. 3º da referida Resolução estabelece que deve ser exigida a AFE de empresas que armazenam, distribuem e transportem produtos de higiene pessoal e saneantes, vejamos:

Art. 3º A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.

Cito a Resolução nº 16/2014 que estabelece a definição de distribuidor e comércio atacadista conforme se verifica no inciso VI, do art. 2º, *verbis*:

Art. 2º Para efeitos desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

(...)

VI - distribuidor ou comércio atacadista: compreende o comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, **em quaisquer quantidades, realizadas entre pessoas jurídicas ou a profissionais para o exercício de suas atividades.**

Ou seja, segundo a Resolução, o comércio em quaisquer quantidades realizado entre pessoas jurídicas tem natureza de distribuição ou atacadista, e não varejista.

Embasados ainda na exigência de Autorização de Funcionamento (AFE) concedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA às empresas participantes do certame, na fase de Habilitação tem o objetivo de garantir que o produto a ser licitado atenda às exigências técnicas necessárias, com fundamento no art. 30, IV, da Lei nº 8.666/93.

Em consultas ao site da ANVISA, o qual determina:

Empresa	Atacadista*	Varejista
Cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal	AFE obrigatória	Dispensado de AFE
Saneantes	AFE obrigatória	Dispensado de AFE

****Distribuidor ou comércio atacadista (geral) compreende o comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, em quaisquer quantidades, realizadas entre***





peças jurídicas ou a profissionais para o exercício de suas atividades. (Grifos nossos)".

Citamos o Art. 2º e 3º da Resolução da ANVISA nº 16 de 01/04/2014:

"Art. 2º Para efeitos desta Resolução são adotadas as seguintes definições:
(...)

VI - distribuidor ou comércio atacadista: compreende o comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, em quaisquer quantidades, realizadas entre pessoas jurídicas ou a profissionais para o exercício de suas atividades;

Art. 3º A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais."

Com fulcro nos dispositivos acima, respeitando os princípios da Legalidade, e com base na DENÚNCIA N. 1007383 ao Tribunal de Contas Do Estado de Minas Gerais, onde determina:

"(...)

Importante ressaltar que o controle imposto pela ANVISA para a comercialização de produtos saneantes de uso profissional propõe-se a minimizar os riscos à saúde. A forma de apresentação desses produtos, a toxicidade ou seu uso específico requerem maior cuidado e qualificação técnica para seu manuseio e aplicação. Portanto, os produtos saneantes de uso profissional ou de venda restrita a empresa especializada, somente poderão ser comercializados por empresas detentoras da referida Autorização, que só será concedida mediante comprovação do devido cumprimento das condições e controles adequados para o exercício da atividade.

Conclusão

Por todo o exposto, esta Unidade Técnica entende que a solicitação de Autorização de Funcionamento concedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária constante da Cláusula VIII – Documentação de Habilitação, subitem 1.18 do Pregão Presencial – Registro de Preços nº 004/2017 está correta, condizente com a legislação acima exposta que regulamenta o assunto, não restringindo a participação de interessados ao certame e não se constituindo em ilegalidade.





(...)"

Cito ainda os Autos do processo nº0031453-70.2018.8.13.0090 do TJ do Estado de Minas Gerais à Prefeitura de Brumadinho

"(...) Como é cediço, o controle sanitário exercido pela ANVISA está regulamentado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 16/2014, que dispõe sobre os critérios para peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas, assim estabelecendo:

Art. 10 Esta Resolução tem o objetivo de estabelecer os critérios relativos à concessão, renovação, alteração, retificação de publicação, cancelamento, bem como para a interposição de recurso administrativo contra o indeferimento de pedidos relativos aos peticionamentos de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de empresas e estabelecimentos que realizam as atividades elencadas na Seção III do-Capítulo I com medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, substâncias sujeitas a controle especial, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e cultivo de plantas que possam originar substâncias sujeitas a controle especial.

Art. 3º **A AFE** é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.

Parágrafo único. **A AFE** é exigida de cada estabelecimento que realiza as atividades descritas no caput com produtos para saúde. (...)"

Diante da legislação acima descrita, mante-se a AFE para os itens pertinentes a qual a legislação em vigor exige.

IV – DA CONCLUSÃO

Diante aos princípios que regem as licitações públicas, esta Pregoeira declara o conhecimento da Impugnação, para no mérito negar-lhe provimento integral.

Brumadinho 22 de novembro de 2019


Thamira Maia Braz
Pregoeira





Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito



DESPACHO

Processo nº: 20298.000089/2019-41, Pregão Presencial SRP 34/2019

Interessados: Raul Araújo Gontijo

Objeto: Recurso hierárquico contra desclassificação em pregão presencial

Relatório

Cuida-se de recurso hierárquico aviado pela Empresa Raul Araújo Gontijo, em razão da decisão do Pregoeiro que a desclassificou para diversos itens do pregão sob o fundamento de não ter a empresa apresentado Autorização de Funcionamento da Empresa emitido pela ANVISA (f. 767-779).

A empresa Essenza Indústria e Química EIRELI-ME apresentou contrarrazões pugnando pela manutenção da decisão do pregoeiro (f.780-781v).

Em juízo de retratação o pregoeiro manteve sua decisão sustentando que se trata de exigência obrigatória para varejistas que fornecem a pessoas jurídicas (f. 782-785).

Na qualidade de autoridade superior substituta, a Secretária de Fazenda, negou provimento ao recurso (f.472-473).

Publicado o resultado da sessão no Diário Oficial de 13/11/2019 (f. 794), a empresa Raul Araújo Gontijo inconformada requereu anulação dos atos licitatórios (f. 795).

Em juízo de retratação (f. 796) o Pregoeiro manteve o indeferimento (f.782-785) e encaminhou ao Secretário de Administração (f. 797-797v) que ratifica a decisão do pregoeiro e encaminhou para a autoridade superior.

Decido

O recurso é tempestivo e próprio.

Sem contrarrazões.

Em apertadíssima síntese, constata-se que o Recorrente não se conforma que a Autorização de Funcionamento da Empresa, emitido pela ANVISA, seja exigido dele, que é varejista e não atacadista ou distribuidor.

No entanto, a decisão do Pregoeiro (f. 468-470) está calcada no inciso VI do artigo 2º da Resolução 16/2014 da ANVISA que preceitua:

Art. 2º Para efeitos desta Resolução são adotadas as seguintes definições:
VI - distribuidor ou comércio atacadista: compreende o comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, em **quaisquer quantidades, realizadas entre pessoas jurídicas** ou a profissionais para o exercício de suas atividades;

Ou seja, quando se trata de operações entre **pessoas jurídicas**, o documento é exigível independente da quantidade e o fornecedor passa a ser tratado como distribuidor ou comércio atacadista.

Ademais, conforme pondera o Secretário de Administração (f. 472-473), a exigência da



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito

AFE está também de acordo com o inciso IV do artigo 30 da Lei 8.666/93 e com a jurisprudência do TCE-MG e do TCU, conforme juntado aos autos.

A Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, dispõe que:

Art. 3º A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo proferiu a seguinte decisão com um tema semelhante ao analisado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXIGÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (AFE/ANVISA) PARA HABILITAÇÃO EM LICITAÇÃO. EDITAL DO PREGÃO. PREVISÃO. RESOLUÇÃO ANVISA. ATIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO. NATUREZA DO OBJETO LICITADO. AFE COGENTE. DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA. VINCULAÇÃO AO EDITAL. RECURSO PROVIDO. 1) Segundo o inciso III do art. 5º da Resolução n.º 16/2014 da ANVISA, não é exigida a Autorização de Funcionamento (AFE) dos estabelecimentos ou empresas que realizam o comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes. 2) Embora a licitante declarada vencedora tenha por objeto o exercício de atividade varejista, o Edital do pregão presencial n.º 000009/2015 da Prefeitura Municipal de Marataízes estabeleceu a exigência de o licitante vencedor apresentar AFE. 3) Além disso, o inciso VI do art. 2º da Resolução n.º 16/2014 da ANVISA estabelece que o comércio em quaisquer quantidades realizado entre pessoas jurídicas tem natureza de distribuição ou atacadista, e não varejista. 4) Para a empresa que realize atividade de distribuição de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais, o artigo 3º da Resolução n.º 16/2014 da ANVISA exige a Autorização de Funcionamento (AFE). 5) Logo, considerando que o objeto do pregão consiste na escolha da melhor proposta para registro de preços para aquisição de fraldas descartáveis, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde (gênero no qual estão inseridas as fraldas descartáveis, ex vi da definição contida no RDC N.º 211/2005 e no item 1.2 da Portaria n.º 1.480/90, ambos da ANVISA), envolvendo, portanto, pessoas jurídicas, conclui-se, em cognição sumária, que a referida aquisição licitada subsume-se à definição de distribuição ou comércio atacadista, e não de comércio varejista, mister para o qual é cogente a apresentação da AFE. 6) Por conseguinte, tendo em vista que a licitante vencedora não apresentou a competente Autorização de Funcionamento (AFE), nos termos da alínea m do item 10.2.1 do instrumento convocatório, revela-se aplicável, a priori, a hipótese de desclassificação estabelecida no item 10.4 do edital. 7) Na salvaguarda do procedimento licitatório, exsurge o



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito



princípio da vinculação, previsto no art. 41 da Lei 8.666/90, que tem como escopo vedar à administração o descumprimento das normas contidas no edital (STJ - AgRg no AREsp 458436/RS - Segunda Turma - Ministro HUMBERTO MARTINS - DJe 02/04/2014). 8) Recurso provido. ACORDA a Egrégia Segunda Câmara Cível, em conformidade da ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, por maioria, dar provimento ao recurso. Vitória, 23 de fevereiro de 2016. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DESEMBARGADOR RELATOR (TJ-ES - AI: 00059011520158080069, Relator: JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Data de Julgamento: 23/02/2016, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/03/2016)

Visando ainda garantir os requisitos técnicos necessários, o Tribunal de Contas deliberou da seguinte forma:

REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE ALCOOL ETÍLICO EM GEL. CONHECIMENTO. EDITAL EM DESACORDO COM EXIGÊNCIAS DA ANVISA. NEGATIVA DA SUSPENSÃO CAUTELAR DO CERTAME. PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA. ARQUIVAMENTO.

4. Mediante diligência realizada junto ao TRE/SP, o órgão diz ter sido requerido o registro do produto na Anvisa, pois foram impostos como quesitos identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade, número do lote, registro do Ministério da Saúde e FISPQ (Ficha de Informação de Segurança do Produto Químico), em embalagem certificada. No entanto, compreende que empresas varejistas não estão obrigadas a deter Autorização de Funcionamento Específica (AFE), de acordo com os arts. 3º e 5º da Resolução 16/2014 da Anvisa, e que tal demanda restringiria o certame. Ainda, sobre a licença de funcionamento municipal, informa que nem todos os municípios a expedem quando se trata de fornecedora do comércio varejista. Dessa forma, desatenderia o § 5º, do art. 30, da Lei 8.666/1993, que veda exigência de comprovação de atividade com limitações de locais específicos.

5. A controvérsia entre o TRE/SP e a licitante se fixa, portanto, na exigência da AFE e de licença de funcionamento municipal, dispensadas para o comércio varejista, mas demandadas dos estabelecimentos atacadistas.

6. É possível verificar que, nos termos do art. 2º, inciso V, da Resolução 16/2014 da Anvisa, comércio varejista de produtos para saúde é definido como aquele que "compreende as atividades de comercialização de produtos para saúde de uso leigo, em quantidade que não exceda a normalmente destinada ao uso próprio e diretamente a pessoa física para uso pessoal ou doméstico". Claramente não é a condição das licitantes que disputam o pregão em apreço, que visa ao fornecimento quantidade expressiva do produto para uso corporativo. (TC 018.549/2016-0, representante: S&T Comércio de Produtos e Limpeza, Descartáveis e Informática Ltda. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE/SP) – TCU)



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito

Dai se conclui que a exigência é imperativa.

Portanto, entendo que o Pregoeiro agiu de acordo o edital, as normas legais e com a jurisprudência pacificada a respeito do assunto. Com este fundamento, ratifico a decisão do Pregoeiro e mantenho a inabilitação da empresa recorrente.

Remete-se os autos à Gerência de Licitações para publicação e intimação nos termos da lei.

Bom Despacho, 27 de novembro de 2019, 107º ano de emancipação do Município.


Fernando Cabral
Prefeito Municipal



PROCESSO N.º: 04.000251.20.08

PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 027/2020

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de material de higiene e limpeza: saneantes e outros, para atender demanda do Município de Belo Horizonte, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

ASSUNTO: Questionamento aos termos do edital.

REQUERENTES: Mercearia Indianópolis Ltda.

Ekonova Química do Brasil

Duetto Super

Nivaldo Ribas

Nos dias 10/07/20 e 15/07/20, a empresa Mercearia Indianópolis Ltda. enviou pedido de esclarecimentos referentes ao edital do pregão eletrônico nº 027/2020, os quais serão aqui respondidos:

QUESTIONAMENTO 01: *"Nossa empresa pede a esta Administração que esclareça o que quis dizer com sobre a dispensa da AFE da Anvisa para os "representantes comerciais":*

"b) PARA OS LOTES 1 a 17: b.1) Para os licitantes representantes comerciais, poderá ser apresentada dispensa da licença ou alvará sanitário emitida pela Fiscalização Sanitária local, se for o caso.

No caso, o representante comercial não é pessoa jurídica. Seria uma empresa de varejo (Art. 5º, capítulo III da resolução RDC nº 16, de 10 de abril de 2014) que está dispensada de apresentação da AFE?"

RESPOSTA 01: O edital não prevê a dispensa de apresentação da Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA - AFE - para nenhuma empresa que queira participar dos lotes 1 a 17 do certame. Cumpre esclarecer que a alínea "b.1" citada pela empresa trata apenas da dispensa da licença ou alvará sanitário emitido pela Fiscalização Sanitária local, se for o caso.



QUESTIONAMENTO 02: *“No item 14, sub item 14.2.3, letra B, é exigido a Autorização de Funcionamento da Anvisa. Na letra b.1 a liberação deste documento para representantes comerciais.*

Perguntamos:

1-Para empresas de varejo há a necessidade de apresentação do AFE?

2- De que forma um representante comercial participará desta licitação sendo que, a representação comercial não está apta a emitir nota fiscal de venda?

3- Em concomitância com a pergunta anterior, a Administração denomina como representante comercial uma empresa varejista que revende produtos elencados neste Edital?

Questionamento: Em consulta a Anvisa e poderá ser averiguado no próprio portal, e muito claramente, observamos que empresas varejistas estão dispensadas de possuir o Alvará de Funcionamento, o AFE. Ao contrario de distribuidoras, atacadistas e industrias”.

RESPOSTA 02: Como esclarecido na resposta ao questionamento 01, a dispensa prevista na alínea b.1 do subitem 14.2.3 do edital não se refere à Autorização de Funcionamento da Anvisa, mas somente à licença ou alvará sanitário local, se for o caso.

1 - Para empresas de varejo há a necessidade de apresentação do AFE?: Resposta: A apresentação da Autorização de Funcionamento (AFE) será exigida de todos os licitantes arrematantes dos lotes 1 a 17 do certame.

Em relação às empresas de varejo, cabe esclarecer que a própria Anvisa em site analisa a sua situação, senão vejamos:

<http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/empresas/autorizacao-de-funcionamento/informacoes-gerais>:

Regularização de Empresas - Autorização de Funcionamento
Informações Gerais

(...)



4. Quem NÃO precisa de Autorização de Funcionamento:

*I - Comércio varejista de produtos para saúde de uso leigo**

II - Filiais que exercem exclusivamente atividades administrativas, sem armazenamento, desde que a matriz possua AFE

III - Comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes

IV – Empresas que exercem exclusivamente atividades de fabricação, distribuição, armazenamento, embalagem, exportação, fracionamento, transporte ou importação de matérias-primas, componentes e insumos não sujeitos a controle especial, destinados à fabricação de produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes

V – Empresas que realizam exclusivamente a instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde

VI - Empresas que realizam exclusivamente a instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde estão dispensadas de ter AFE. Nesse caso, elas precisam da licença sanitária, emitida pelo órgão de vigilância sanitária local.

- A Anvisa não concede AFE para a execução de atividades relacionadas aos produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco.*
- A Anvisa não emite AFE para empresas na área de alimentos. Todo estabelecimento na área de Alimentos deve ser previamente licenciado pela autoridade sanitária competente estadual, distrital ou municipal, mediante a expedição de licença ou alvará. Para isso, o interessado deve dirigir-se ao órgão de vigilância sanitária de sua localidade a fim de obter informações sobre os documentos necessários e a legislação sanitária que regulamenta os produtos e a atividade pretendida.*

5. Qual a obrigatoriedade de Autorização de Funcionamento para atacadistas e varejistas:

Empresa	Atacadista*	Varejista
Cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal	AFE obrigatória	Dispensado de AFE
Saneantes	AFE obrigatória	Dispensado de AFE

***Distribuidor ou comércio atacadista (geral) compreende o comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, EM QUAISQUER QUANTIDADES, REALIZADAS ENTRE PESSOAS JURÍDICAS ou a profissionais para o exercício de suas atividades.** (destacamos)

Da leitura dos itens supratranscritos, constata-se que o item 4 prevê em seu inciso III que o comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes não precisa de Autorização de Funcionamento; **não obstante, dando seguimento à leitura, verifica-se que o item 5 especifica de forma detalhada que será considerado como distribuidor ou comércio atacadista a empresa que vender produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, em quaisquer quantidades, para outra pessoa jurídica**. Assim, a venda para o Município, ou seja, venda realizada por meio de licitação em que a Contratante e a Contratada são pessoas jurídicas, é configurada pela Anvisa como comércio por atacado, o que obriga as empresas que queiram participar deste certame a possuírem a Autorização de Funcionamento (AFE) emitida pela Anvisa.

Desta forma, mesmo que usualmente a empresa participante possa se enquadrar como comércio varejista em algumas de suas atividades empresariais, para contratar com o Município de Belo Horizonte terá que possuir o AFE, uma vez que o comércio realizado entre pessoas jurídicas é caracterizado como comércio atacadista.

Tendo sido esclarecido o equívoco de interpretação da empresa, passamos às respostas dos outros questionamentos:

2 - De que forma um representante comercial participará desta licitação sendo que, a representação comercial não está apta a emitir nota fiscal de venda? Resposta: Não cabe neste momento fazer uma análise prévia sobre se determinada empresa está apta ou não a participar da licitação. Cabe exclusivamente ao interessado em contratar com o Município verificar previamente ao envio da proposta eletrônica se possui as condições legais e jurídicas para participar do certame, além é claro, de ter certeza de que possui todos os documentos exigidos no edital e se terá como cumprir com todas as regras do instrumento convocatório.

3 - Em concomitância com a pergunta anterior, a Administração denomina como representante comercial uma empresa varejista que revende produtos elencados neste Edital? Resposta: O entendimento dos Órgãos de Controle, bem como da Anvisa no que se refere à classificação da empresa varejista já foi esclarecido na pergunta 01, bem como na impugnação apresentada pela própria empresa.



Questionamento: Em consulta a Anvisa e poderá ser averiguado no próprio portal, e muito claramente, observamos que empresas varejistas estão dispensadas de possuir o Alvará de Funcionamento, o AFE. Ao contrário de distribuidoras, atacadistas e indústrias”. Resposta:

A venda de **produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, em quaisquer quantidades, de uma pessoa jurídica para outra pessoa jurídica é considerada comércio por atacado.** Assim, a venda para o Município, ou seja, venda realizada por meio de licitação em que a Contratante e a Contratada são pessoas jurídicas, é configurada pela Anvisa como comércio por atacado, o que obriga as empresas que queiram participar deste certame a possuírem a Autorização de Funcionamento (AFE) emitida pela Anvisa.

Desta forma, mesmo que usualmente a empresa participante possa se enquadrar como comércio varejista em algumas de suas atividades empresariais, para contratar com o Município de Belo Horizonte terá que possuir o AFE, uma vez que o comércio realizado entre pessoas jurídicas é caracterizado como comércio atacadista. Portanto, não há que se falar em comércio varejista na relação entre o Município e a futura contratada.

Permissa Vênia, o que parece é que a empresa não leu com a devida acuidade os dados e informações do link citado por ela própria, e em especial, o item 5. Se o tivesse feito, teria verificado que a isenção citada não se aplica para empresas que desejam vender para a Administração. Para comprovar o equívoco da empresa, transcrevemos o texto retirado do portal da Anvisa:

<http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/empresas/autorizacao-de-funcionamento/informacoes-gerais>:

Regularização de Empresas - Autorização de Funcionamento **Informações Gerais**

(...)

4. Quem NÃO precisa de Autorização de Funcionamento:

*I - Comércio varejista de produtos para saúde de uso leigo**

II - Filiais que exercem exclusivamente atividades administrativas, sem armazenamento, desde que a matriz possua AFE

III - Comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes



SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
DIRETORIA CENTRAL DE COMPRAS

IV – Empresas que exercem exclusivamente atividades de fabricação, distribuição, armazenamento, embalagem, exportação, fracionamento, transporte ou importação de matérias-primas, componentes e insumos não sujeitos a controle especial, destinados à fabricação de produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes

V – Empresas que realizam exclusivamente a instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde

VI - Empresas que realizam exclusivamente a instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde estão dispensadas de ter AFE. Nesse caso, elas precisam da licença sanitária, emitida pelo órgão de vigilância sanitária local.

- A Anvisa não concede AFE para a execução de atividades relacionadas aos produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco.
- A Anvisa não emite AFE para empresas na área de alimentos. Todo estabelecimento na área de Alimentos deve ser previamente licenciado pela autoridade sanitária competente estadual, distrital ou municipal, mediante a expedição de licença ou alvará. Para isso, o interessado deve dirigir-se ao órgão de vigilância sanitária de sua localidade a fim de obter informações sobre os documentos necessários e a legislação sanitária que regulamenta os produtos e a atividade pretendida.

5. Qual a obrigatoriedade de Autorização de Funcionamento para atacadistas e varejistas:

Empresa	Atacadista*	Varejista
Cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal	AFE obrigatória	Dispensado de AFE
Saneantes	AFE obrigatória	Dispensado de AFE

***Distribuidor ou comércio atacadista (geral) compreende o comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, EM QUAISQUER QUANTIDADES, REALIZADAS ENTRE PESSOAS JURÍDICAS ou a profissionais para o exercício de suas atividades.** (destacamos)

Da leitura dos itens supratranscritos, constata-se que o item 4 prevê em seu inciso III que o comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes não precisa de Autorização de Funcionamento; **não obstante, dando seguimento à leitura, verifica-se que o**



item 5 especifica de forma detalhada que será considerado como distribuidor ou comércio atacadista a empresa que vender produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, em quaisquer quantidades, para outra pessoa jurídica.

.....

No dia 10/07/20, a empresa Ekonova Química do Brasil enviou pedido de esclarecimento referente ao edital do pregão eletrônico nº 027/2020, o qual será aqui esclarecido:

QUESTIONAMENTO 01: *“Empresas com Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA (AFE) e Alvará Sanitário enquadradas no artigo 3 da Resolução RDC n. 350, de 19 de Março de 2020 estão habilitadas para concorrerem aos lotes de 1 a 17 do referido pregão eletrônico?*

A entrega será de forma parcelada ou em lote único? Se parcelado, qual a previsão da quantidade de parcelamentos para a entrega do lote 3?”

RESPOSTA 01:

- a)** Inicialmente, cumpre esclarecer que não é possível fazer a análise prévia da habilitação de nenhuma empresa, sob pena de favorecimento indevido, com a consequente lesão ao Princípio da Isonomia. Desta forma, esclarecemos que a habilitação ou não dos licitantes será feita somente após a análise dos documentos apresentados por esta e após ser verificado se foram cumpridas todas as exigências dispostas no edital.
- b)** Por se tratar de registro de preços, a entrega poderá ser parcelada, não sendo possível dar uma definição da quantidade de parcelamentos para a entrega de qualquer lote. Sugere-se que a empresa faça uma leitura completa do edital para verificar suas regras, e em especial, a Cláusula Oitava – dos prazos, condições de entrega, acondicionamento e transporte - prevista na Minuta da Ata de Registro de Preços.



SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
DIRETORIA CENTRAL DE COMPRAS

No dia 10/07/20, a empresa **Duetto Super** enviou pedido de esclarecimento referente ao edital do pregão eletrônico nº 027/2020, o qual será aqui esclarecido:

QUESTIONAMENTO 01: *“Por gentileza esclarecer qual o documento solicitado no item 14.2.3 Qualificação técnica exigido no edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2020 - Processo nº 04.000251.20.08.*

Segue descrição:

14.2.3. Qualificação Técnica:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante fornece ou forneceu bens de natureza compatível com o(s) objeto(s) do(s) lote(s) arrematado(s), em quantidade que represente no mínimo 40% (quarenta por cento) do previsto no(s) mesmo(s)”.

RESPOSTA 01: O documento exigido no subitem 14.2.3 do edital é exatamente o que está descrito acima, ou seja: **“Atestado(s) de Capacidade Técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante fornece ou forneceu bens de natureza compatível com o(s) objeto(s) do(s) lote(s) arrematado(s), em quantidade que represente no mínimo 40% (quarenta por cento) do previsto no(s) mesmo(s)”.

Salienta-se que o referido documento está previsto no art. 30, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;”

.....



Nos dias 13/07/20 e 14/07/20, o Sr. Nivaldo Ribas enviou pedidos de esclarecimentos referentes ao edital do pregão eletrônico nº 027/2020, os quais serão aqui respondidos:

QUESTIONAMENTO 01: *“b.1) Para os licitantes representantes comerciais, poderá ser apresentada dispensa da licença ou alvará sanitário emitida pela Fiscalização Sanitária local, se for o caso. Representantes comerciais seria empresa não atacadista, distribuidor e fabricante (industrial)?”*

RESPOSTA 01: Inicialmente, cumpre esclarecer que não é possível fazer a análise prévia da habilitação de nenhuma empresa, sob pena de favorecimento indevido, com a consequente lesão ao Princípio da isonomia. Desta forma, esclarecemos que a habilitação ou não dos licitantes será feita somente após a análise dos documentos apresentados por esta e após ser verificado se foram cumpridas todas as exigências dispostas no edital.

QUESTIONAMENTO 02: *“Poderiam me responder se uma empresa varejista pode apresentar proposta para o pregão 27/2020. Neste caso temos apenas o alvará sanitário. Segundo a Anvisa estamos dispensados da AFE. Nem mesmo à emitem. Gostaria de uma resposta”.*

RESPOSTA 02: A venda de **produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, em quaisquer quantidades, de uma pessoa jurídica para outra pessoa jurídica é considerada comércio por atacado**. Assim, a venda para o Município, ou seja, venda realizada por meio de licitação em que a Contratante e a Contratada são pessoas jurídicas, é configurada pela Anvisa como comércio por atacado, o que obriga as empresas que queiram participar deste certame a possuírem a Autorização de Funcionamento (AFE) emitida pela Anvisa.

Desta forma, mesmo que usualmente a empresa participante possa se enquadrar como comércio varejista em algumas de suas atividades empresariais, para contratar com o Município de Belo Horizonte terá que possuir o AFE, uma vez que o comércio realizado entre pessoas jurídicas é caracterizado como comércio atacadista. Portanto, não há que se falar em comércio varejista na relação entre o Município e a futura contratada.



SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
DIRETORIA CENTRAL DE COMPRAS

Permissa Vênia, o que parece é que a empresa não leu com a devida acuidade os dados e informações do link citado por ela própria na peça de impugnação, e em especial, o item 5. Se o tivesse feito, teria verificado que a isenção citada não se aplica para empresas que desejam vender para a Administração. Para comprovar o equívoco da empresa, transcrevemos o texto retirado do portal da Anvisa:

<http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/empresas/autorizacao-de-funcionamento/informacoes-gerais>:

Regularização de Empresas - Autorização de Funcionamento
Informações Gerais

(...)

4. Quem NÃO precisa de Autorização de Funcionamento:

*I - Comércio varejista de produtos para saúde de uso leigo**

II - Filiais que exercem exclusivamente atividades administrativas, sem armazenamento, desde que a matriz possua AFE

III - Comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes

IV – Empresas que exercem exclusivamente atividades de fabricação, distribuição, armazenamento, embalagem, exportação, fracionamento, transporte ou importação de matérias-primas, componentes e insumos não sujeitos a controle especial, destinados à fabricação de produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes

V – Empresas que realizam exclusivamente a instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde

VI - Empresas que realizam exclusivamente a instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde estão dispensadas de ter AFE. Nesse caso, elas precisam da licença sanitária, emitida pelo órgão de vigilância sanitária local.

- *A Anvisa não concede AFE para a execução de atividades relacionadas aos produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco.*
- *A Anvisa não emite AFE para empresas na área de alimentos. Todo estabelecimento na área de Alimentos deve ser previamente licenciado pela autoridade sanitária competente estadual, distrital ou municipal, mediante a expedição de licença ou alvará. Para isso, o interessado deve dirigir-se ao órgão de vigilância sanitária de sua localidade a fim de obter informações sobre os documentos necessários e a legislação sanitária que regulamenta os produtos e a atividade pretendida.*



5. Qual a obrigatoriedade de Autorização de Funcionamento para atacadistas e varejistas:

Empresa	Atacadista*	Varejista
Cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal	AFE obrigatória	Dispensado de AFE
Saneantes	AFE obrigatória	Dispensado de AFE

***Distribuidor ou comércio atacadista (geral) compreende o comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, EM QUAISQUER QUANTIDADES, REALIZADAS ENTRE PESSOAS JURÍDICAS ou a profissionais para o exercício de suas atividades.** (destacamos)

Da leitura dos itens supratranscritos, constata-se que o item 4 prevê em seu inciso III que o comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes não precisa de Autorização de Funcionamento; **não obstante, dando seguimento à leitura, verifica-se que o item 5 especifica de forma detalhada que será considerado como distribuidor ou comércio atacadista a empresa que vender produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, em quaisquer quantidades, para outra pessoa jurídica.**

No dia 23/07/20, a empresa Mercearia Indianópolis Ltda. enviou pedido de esclarecimentos referentes ao edital do pregão eletrônico nº 027/2020, os quais serão aqui respondidos:

QUESTIONAMENTO 01:

Esta Administração acolheu e ratificou o pedido de impugnação do Edital Pregão eletrônico 27/2020, da empresa Aerial Comercio e serviços Ltda, CNPJ: 11.418.641/0001-87, com sede em Belo Horizonte, isto é fato. No entanto, chamo a atenção para o fato, que desta empresa se encontra baixada na Receita Federal deste 2019. Vide em anexo esta baixa. Pergunto: Qual o interesse desta extinta empresa em impugnar o referido Edital? Esta mesma empresa vem agindo desta forma em órgãos Federal, Estaduais e Municipais. Curioso, não? E sempre de maneira apócrifa, ou seja, sem



SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
DIRETORIA CENTRAL DE COMPRAS

assinatura e identificação (nome) do responsável, ou Administrador. Sendo assim, se agiu igualmente nesta Prefeitura, não há autenticação no ato. peço a gentileza de averiguar!

RESPOSTA 01: Na impugnação apresentada pela empresa Aerial Comércio e Serviços Ltda consta a identificação da Diretora Jurídica, Dr. Elenita Márcia Santos Fonseca. Em relação à possível baixa da empresa na Receita Federal, cabe esclarecer que a habilitação dos licitantes somente é verificada no momento da habilitação e, mesmo que a empresa esteja baixada na Receita Federal, cabe ao Município, em prol do interesse público, verificar se as alegações aduzidas na impugnação são procedentes.

Belo Horizonte, 27 de julho de 2020.

Original assinado
Rogério Ferreira Cabral
Pregoeiro